

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar da documentação constante no Processo, emitimos **PARECER DESFAVORÁVEL**, sendo que a OSC não está habilitada a celebrar a parceria com o Município. (modelo no caso de Parecer Desfavorável)

nome, RG/CPF e assinatura do Presidente da Comissão:

nome, RG/CPF e assinatura do Secretário (a) da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão



ANEXO VI
MODELO DE PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (SECRETARIA) 1/3

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXXX/20XX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/20XX
OBJETO:

ÁREA: () EDUCAÇÃO () SAÚDE () ASSISTÊNCIA SOCIAL () CULTURA
() ESPORTE ()

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC:

1. SELEÇÃO E JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO

	Peso	Plenamente Satisfatório (A)	Satisfatório (B)	Insatisfatório (C)
1. Viabilidade de execução dos Objetivos Propostos				
2. Consonância com objetivos propostos				
3. Estratégia prevista para execução das ações				
4. Coerência do valor global proposto com o valor referência				
5. Capacidade técnica e operativa				
6. Viabilidade dos indicadores apresentados para aferição do cumprimento das metas				
7. Coerência nas metas indicadas				
8. Descrição das ações e o nexos com o projeto proposto				
9. Natureza da proponente				
TOTAL				



MODELO DE PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (SECRETARIA) 2/3

2. PARECER CONCLUSIVO

2.1 ANÁLISE PRELIMINAR:

2.1.1 Demonstração dos objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.2 O formato e os itens do Plano de Trabalho atendeu a legislação?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.3 – Quanto ao mérito da proposta, é possível firmar a parceria?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.4 – Ficou demonstrado a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.5 – É viável a execução do Plano de Trabalho?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.6 – Houve a verificação do cronograma de desembolso?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.7 – Está previsto os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.8 – É possível a aprovação do Plano de Trabalho?

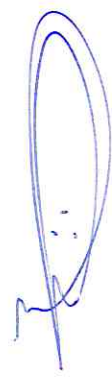
() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

2.1.9 – Nome do Gestor da Parceria e nº da Portaria de Designação:

2.1.10 – Número da Portaria de Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria

3. EMISSÃO DE PARECER CONCLUSIVO

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar, emito PARECER FAVORÁVEL, Atendendo as recomendações e pela análise de documentos a OSC está habilitada a celebrar a parceria com o Município. (modelo no caso de Parecer Favorável)



MODELO DE PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (SECRETARIA) 3/3

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar, emitimos PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS, ao PLANO DE TRABALHO, que não justificou o cronograma de execução nos meses de janeiro e dezembro, sendo necessário para assinatura do Termo de Parceria a comprovação das atividades a serem executadas nos referidos meses. Atendendo as recomendações e pela análise de documentos a OSC está habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Favorável com Ressalvas)**

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar, emitimos PARECER DESFAVORÁVEL, tendo em vista que, pela análise de documentos a OSC não está habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Desfavorável)**

nome, RG/CPF e assinatura do



ANEXO VII
MODELO DE PARECER JURÍDICO 1/6

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXXXX/20XX

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXX

PARECER JURÍDICO nº XXXX/20XX

TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO
SUL, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE E A ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL,
CUJO OBJETO CONSISTE EM
.....

DO RELATÓRIO:

A Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX encaminhou expediente a esta Procuradoria para análise e manifestação de Parecer Jurídico, acerca da intenção em celebrar fomento/colaboração com a Organização da Sociedade Civil, cujo objeto consiste em
É o breve relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei nº 13.019/2014 estabeleceu normas gerais para disciplinar as relações de cooperação das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as entidades qualificadas de organizações da sociedade civil.

Por parcerias voluntárias a referida Lei, considera qualquer modalidade de acordo, que envolva ou não transferência voluntárias de recursos financeiros, entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil para ações de interesse recíproco em regime de mútua cooperação.

As parcerias voluntárias são instrumentos de fomento/colaboração social. A atividade administrativa de fomento/colaboração é uma atividade indireta que visa estimular a ação dos agentes privados considerada de relevante interesse ou utilidade pública.

O objeto do Termo de Fomento/Colaboração que se pretende celebrar é:

É possível depreender-se dos autos que o objeto que se pretende celebrar é lícito e juridicamente possível, além de buscar a conjugação de esforços dos partícipes (celebrantes) para sua execução, e ainda, é consonântico com as atividades institucionais da OSC celebrante.

DA CARACTERIZAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Organizações da Sociedade Civil, segundo a Lei nº 13.019/2014, *“são as entidades privadas sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.”*

Nessa linha, analisando os documentos constantes nos autos, especialmente o estatuto da OSC, verifica-se que esta não possui fins econômicos, portanto, passível de celebrar parceria nos termos da Lei nº 13.019/2014.

DO PLANO DE TRABALHO:

Nos moldes da Lei nº 13.019/2014, deverá conter no Plano de Trabalho das parcerias celebradas: (i) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidos; (ii) descrição das metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; (iii) a previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; (iv) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; (v) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Ainda, a Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, apresenta outras informações a serem inseridas no Plano de Trabalho, a saber: (i) identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para execução do objeto; (ii) descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter; (iii) justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos; (iv) especificação de todas as demais fontes de recurso que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso; (v) plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados; (vi) cronograma físico de execução; (vii) cronograma financeiro de desembolso; (viii) especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

Assim, tanto a Lei nº 13.019/2014 como a Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE/SC, estabelecem quais informações devem fazer parte do Plano de Trabalho.

MODELO DE PARECER JURÍDICO 3/6

Ressalta-se, por oportuno, que a análise técnica constante no plano de trabalho não compete a esta Procuradoria.



Ressalta-se, ademais, que a vigência do Termo de Fomento/Colaboração e a consecução do Plano de Trabalho somente iniciarão após devidamente formalizado e publicado os atos legais.

Importante frisar que é vedado utilizar os recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria e pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

Por outro lado, o art. 46 da Lei nº 13.019/2014 permite que sejam pagas as despesas elencadas nos incisos I ao IV: (i) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas; (ii) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija; (iii) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em) relação ao valor total da parceria; (iv) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

A prestação de contas da parceria deverá obedecer as regras do art. 63 e seguintes da Lei nº 13.019/2014 e Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

EM CASO DA DISPENSA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO:

A Lei nº 13.019/2014 disciplina que a seleção da organização da sociedade civil se dará por intermédio de chamamento público. Entretanto, há casos situações que possuem caracterizações específicas, tornando-se inviável a realização de chamamento público.

Em razão da para manter a prestação da parceria realizada com a OSC, entende a Secretaria Municipal de que estão configurados os requisitos exigidos pelo art. XXX, da Lei nº 13.019/2014.

Diante de tal situação e tendo em vista a relevância pública da parceria outrora firmada com a referida OSC, é que esta Procuradoria aquiesce à dispensa na formalização do Chamamento Público.

Verificado os requisitos de XXXXXXXXXXXX decorrente de XXXXXXXX, necessária se faz a verificação dos requisitos mínimos exigidos legalmente para que essa dispensa/inexigibilidade tramite.

Do texto legal retira-se que, primeiro, a ausência de chamamento público deverá ser devidamente justificada pelo administrador público. Após, sob pena de nulidade, o extrato da respectiva



justificativa deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, nos meios de publicações legais.

Portanto, cabe a Secretaria interessada elaborar o termo de justificativa de Dispensa de Chamamento Público, e, depois de formalizado, publicar o referido extrato.

DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DAS PARCERIAS:

Nos termos do art. 33 da Lei nº 13.019/2014, as Organizações da Sociedade Civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social:

Os objetivos da entidade constam no artigo XX de seu estatuto. A verificação de que tais objetivos estão voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social, fica a cargo da Secretaria interessada.

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta:

O artigo 52 do estatuto expressa que em caso de dissolução o resultado será depositado em conta bloqueada do Banco do Brasil e será restituído, acrescido de juros bancários respectivos e correção monetária ao sindicato mesma categoria que vier a ser reconhecido pelo órgão competente.

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade:

Nos moldes do art. XX do estatuto, a escrituração das receitas e despesas deverão observar as normas contábeis previstas em Lei e em instruções vigentes.

d) possuir

d.1 — no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los:

A situação cadastral da entidade está ativa desde xx/xx/20xx.

d.2 — experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante:

Cabe a Secretaria interessada se manifestar sobre tal ponto.

d.3 — instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas:

Declaração de fls. XXX.



Quanto à documentação necessária, o art. 34 da Lei nº 13.019/2014 expressa que as Organizações da Sociedade Civil deverão apresentar:

a) certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado: constam em fls. XXX, XXX e XXX.

b) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial: a cópia do estatuto consta em fls. XXX.

c) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual: fls. XXX/XXX dos autos.

d) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas — CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil — RFB de cada um deles: consta em fls. XXX/XXXX.

e) comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado: fls. XXX dos autos.

DO TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO:

São cláusulas essenciais, nos moldes do art. 42 da Lei nº 13.019/2014, e devem estar contidas no termo de fomento/colaboração a ser realizado:

a) a descrição do objeto pactuado; b) as obrigações das partes; c) quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso; d) a contrapartida, quando for o caso; e) a vigência e as hipóteses de prorrogação; f) a obrigação de prestar contas, com definição de forma, metodologia e prazos; g) a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 da Lei 13.019/2014; h) a obrigatoriedade de restituição de recursos; i) a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pelo Município; j) a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade; k) a obrigação da organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da lei 13.019/2014; l) o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; m) a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da

MODELO DE PARECER JURÍDICO 6/6

estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias; n) a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa,



com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; o) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; p) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

3- DA CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, ao contido nos autos e em razão da documentação e da legislação atinente ao caso, este parecer tem o escopo de firmar que o objeto que se pretende celebrar é lícito e juridicamente possível, além de buscar a conjugação de esforços dos partícipes (celebrantes) para sua execução, e ainda, é consonântico com as atividades institucionais da Secretaria celebrante.

Ressalva-se: (i) a necessidade de fazer constar nos autos Parecer Técnico a ser emitido pela Secretaria interessada, nos moldes do art. 35, V da Lei nº 13.019/2014; Parecer da Comissão de Avaliação e Julgamento, nos moldes do art. 2º, XI, da Lei nº 13.019/201.

Considerando a existência de xxxxxxxxx na formalização da parceria, conforme exposto nos autos, a Lei nº 13.019/2014 permite a dispensa de realização de chamamento público. Assim, sob pena de nulidade, a justificativa deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado o fomento/colaboração, nos meios de publicações legais.

Para cumprimento da Lei nº 13.019/2014, bem como pela efetividade do princípio da Publicidade, dever-se-á publicar o termo da parceria e a justificativa da dispensa/inexigibilidade de chamamento público no Diário Oficial do Município de Santa Catarina — DOM/SC e no endereço eletrônico de ambos os, partícipes.

À Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXX para prosseguimento.

É o parecer.

São Bento do Sul, XX de XXXXX de 20XX.



ANEXO VIII

**MODELO DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

São Bento do Sul/SC, 00 de de 202....

De: (nome da OSC)

Para: XXXXXX (Gestor do Termo)

Sr(a): XXXXXX

Assunto: Prestação de contas do Termo de (Fomento ou Colaboração) nº.....,
parcela nº..... Lei municipal nº.....

Prezado(a) Sr(a)

Encaminhamos-lhe a prestação de contas do Termo de (Fomento ou Colaboração) nº....., firmado entre o Município de São Bento do Sul/SC e (nome da organização da sociedade civil) referente a parcela nº....., no valor de R\$...... recebida no dia ... de de 202.....

Colocamo-nos a disposição através do e-mail..... ou telefone, com o Sr (a).....

Atenciosamente

Nome e assinatura do Gestor do Termo ou Presidente do Conselho



ANEXO IX

MODELO DECLARAÇÃO APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Na qualidade de titular e representante legal da (NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL), sito a Rua (endereço da organização), no Município de São Bento do Sul – Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o número (número do CNPJ), DECLARO que os recursos referentes a parcela do Termo de (colaboração ou fomento) número, foram rigorosamente aplicados segundo o plano de trabalho.

Por ser verdade, firmo o presente.

São Bento do Sul, (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura do Responsável pela organização



ANEXO X

MODELO DE BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prefeitura Municipal de São Bento do Sul Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados Mês/Ano: _____						
Unidade Concedente: Ordenador da Despesa: Entidade Beneficiada: Endereço: Responsável: Nota de Empenho Nº: _____ Data: ____/____/20____. Valor R\$ _____ Projeto/Atividade: _____ Item/Fonte: _____ Histórico Fiel da Finalidade:						
Docum Nº	Data Doc.	Data Pagto	Ordem Bancária	Histórico	Recebimento s	Pagamentos
TOTAL EM R\$						

São Bento do Sul/SC, ____/____/20____.

Assinatura do Titular da Entidade

Assinatura do Contador/Tesoureiro da
Entidade




ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO/TERMO DE ACEITE

Na _____ qualidade _____ de _____ representante _____ legal _____ da
_____, estabelecida _____ a _____ Rua
_____, nº _____, Bairro:
_____, Cidade:
_____, CEP: _____/SC, Inscrita no
CNPJ/MF sob o nº _____,
Declaro para os devidos fins que o material(ais) foi/foram recebido(s) ou o(os)
serviço(s) foi/foram prestado(s)

Para maior clareza, firmamos o presente.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 20__.

Presidente: _____
Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____
Assinatura com firma reconhecida

Observação: Será aceito também o carimbo, conforme modelo abaixo, nos comprovantes de despesas emitidos em nome da Organização da Sociedade Civil

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.
_____, em ____/____/_____
Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____



ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Na _____ qualidade _____ de _____ representantes _____ legais _____ da
_____, estabelecida _____ a _____ Rua
_____, nº _____, Bairro:
_____, Cidade:
_____, CEP: _____/SC, Inscrita no
CNPJ/MF sob o nº _____,

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em aplicar a contrapartida mínima exigida dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de São Bento do Sul/SC, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Para maior clareza, firmamos o presente.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 20__.

Presidente: _____
Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____
Assinatura com firma reconhecida



ANEXO XIII

**MODELO PARECER DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO OU DOS CONSELHOS CMDCA OU CMI**

Parecer nº:
De: Comissão de Monitoramento e Avaliação ou CMDCA ou CMI designada pelo Decreto nº ou Portaria nº:
Para: Gestor do Termo de Fomento/Colaboração – Sr.(a)
Número da Parcela a que se refere a prestação de contas:
Período de Vigência:
Nome da organização da sociedade civil:
Objeto da parceria:
Valor total do Termo da parceria (R\$):
Valor da parcela (R\$):
Valor utilizado da parcela (R\$):
Valor da aplicação financeira (R\$)
Devoluções efetuadas (R\$)
Relação detalhada das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho (descreva)
Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho. (realizar análise)
Em relação a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas: () De acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. () Parcialmente de acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique. () Em desacordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique. () Constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Lei nº 13.019/2014. () Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto. () Parcialmente, pois não constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Lei nº 13.019/2014. Quanto aos documentos apresentados, houve ausência dos seguintes: Anexar os documentos faltantes e retornar a Prestação de Contas para nova avaliação do Departamento de Controle Interno. () Em desacordo com a Lei nº 13.019/2014. Justifique.
Relação de bens ou serviços adquiridos (relacionar os bens e serviços)



Foram realizadas auditorias? () Sim () Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência das auditorias.

Foram realizadas visitas? () Sim () Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios referente visitas *in loco* realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação

Foi realizada Pesquisa de Satisfação com os beneficiários do plano de trabalho? () Sim () Não caso positivo, anexar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Conclusão Final

(elencar aqui os motivos para a aprovação, ou então todas as impropriedades e citar a norma infringida nos casos de aprovação com ressalvas ou reprovação, bem como as providências adotadas).

Deste modo, recomendamos a: () aprovação () aprovação com ressalvas () reprovação da presente prestação de contas.

São Bento do Sul, de de 20XX

nome, RG/CPF e assinatura do Presidente da Comissão:

nome, RG/CPF e assinatura do Secretário (a) da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
São Bento do Sul – CMDCA**



CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: cmdca@saobentodosul.sc.gov.br

Foram realizadas auditorias? () Sim () Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência das auditorias.

Foram realizadas visitas? () Sim () Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios referente visitas *in loco* realizado pela Comissão de Monitoramento

Foi realizada Pesquisa de Satisfação com os beneficiários do plano de trabalho? () Sim () Não caso positivo, anexar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Conclusão Final

(elencar aqui os motivos para a aprovação, ou então todas as impropriedades e citar a norma infringida nos casos de aprovação com ressalvas ou reprovação, bem como as providências adotadas).

Deste modo, recomendo a: () aprovação () aprovação com ressalvas
() reprovação da presente prestação de contas.

São Bento do Sul, de de 20XX

(nome do gestor)
Gestor do termo de

ANEXO XVI
MODELO PARECER DO ADMINISTRADOR/PREFEITO

Parecer nº:
Número da Parceria Período a que se refere a prestação de contas:
Período de Vigência:
Nome da organização:
Objeto da parceria:
Valor total da parceria (R\$):
Valor da parcela (R\$):
Valor utilizado da parcela (R\$):
Valor da aplicação financeira (R\$)
Devoluções efetuadas (R\$)
<p>Parecer:</p> <p>Após a análise e emissão do parecer do Gestor desta parceria, do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação e/ou da Comissão de Avaliação e do parecer do Departamento de Controle Interno, os autos do processo de prestação de contas foram encaminhados para pronunciamento desta autoridade administrativa, a qual compete aprovar ou não as contas.</p> <p>Desse modo, diante da análise do processo de prestação de contas em epígrafe e dos pareceres, constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente.</p> <p>Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto.</p> <p>Sendo assim, considera-se REGULAR em forma e conteúdo a presente prestação de contas.</p> <p>A presente prestação de contas está APROVADA.</p> <p>(OBSERVAÇÃO: o texto acima deverá ser modificado caso a prestação de contas seja considerada regular com ressalvas ou irregular)</p> <p>Encaminha-se para a Secretaria de Finanças proceder com a baixa da prestação de contas e arquivamento da mesma.</p> <p>São Bento do Sul, de de 202...</p> <p>_____ (nome prefeito) Prefeito</p>

